



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**ATA DA 4ª REUNIÃO DA CÂMARA BIPARTITE GOVERNO-SERVIDORES PÚBLICOS –  
CRT -**

**18 de julho de 2013**

**Brasília-DF**

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

### Ata da 4ª Reunião Da Câmara Bipartite Governo-Servidores Públicos

**DATA:** 18/07/2013

**LOCAL:** MTE – Esplanada dos Ministérios, sala 433, MTE.

**PARTICIPANTES:** CIOMARA MAFRA REIS (GM); RICARDO SÃO JOSÉ CARNEIRO (GM); MARIA APARECIDA FERNANDES ARAUJO (SE); MARIA HELENA SOUSA (SE); DANIELLE KINEIPP DE SOUZA (SPPE); VALMOR SCHIOCHET (SENAES); EUDES DA SILVA CARNEIRO (SRT); IAPONIRA SOARES MONTENEGRO (SRT); CESAR DE CASTRO HAIACHI (SRT); ADOLFO GRASSI DE OLIVEIRA (CGTB); LUIS CLAUDIO SANTANA (CTB); PEDRO ARMENGOL DE SOUZA (CUT); MARILDA DE ABREU ARAUJO (CUT); RUBENS ROMAO FAGUNDES (FS); AIRES RIBEIRO (FS); MAURO ZICA JUNIOR (NCST); LINEU NEVES MAZANO (UGT); MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO (SRT); ADMILSON MOREIRA DOS SANTOS (SRT); ROGERIO ANTONIO EXPEDITO (CONDSEF); VERA LUCIA M. RAMOS (CUT); LILIAN A. MARQUES (DIEESE); MARIA SILVIA P. COSTA (CUT); ANDRESSA OLIVEIRA (CSPB);

1 Aos dezoito de julho de dois mil e treze, no Ministério do Trabalho e Emprego, sala 433,  
2 ocorreu a 4ª reunião da Câmara Bipartite Governo e Servidores Públicos, às 14h30min.  
3 Presidida pelo novo presidente da Câmara o Sr. Pedro Armengol de Souza (CUT),  
4 representante da Bancada dos Trabalhadores. **ABERTURA:** A reunião se iniciou com os  
5 agradecimentos pela presença e disponibilidade de todos os presentes pelo Sr. Mauro Zica  
6 Junior que declarou aberta a 4ª Reunião da Câmara Bipartite Governo – Servidores Públicos.  
7 Foi informado a todos a pauta da reunião: Leitura e aprovação da ata da 3ª Reunião;  
8 definição do novo presidente da Câmara, dos novos coordenadores das bancadas e dos  
9 respectivos suplentes; novos encaminhamentos acerca da contribuição sindical dos  
10 servidores públicos. Também informou que após o encerramento da reunião, seriam  
11 instalados os grupos de trabalho que estudarão a representação sindical dos servidores  
12 públicos, a forma de liberação dos dirigentes sindicais e a definição das categorias para fins  
13 de registro sindical. Em seguida, prosseguiu com o primeiro item de pauta, informando que a  
14 Câmara já definira o novo presidente e os novos coordenadores das bancadas e seus  
15 respectivos suplentes, e convidou o novo presidente para assumir os trabalhos e conduzir a  
16 reunião. Interferindo, o Sr. Lineu Neves Mazano lembrou do acordo feito entre as centrais  
17 para a presidência e coordenadores, o qual foi estabelecido anteriormente e era para seguir  
18 o que fora estabelecido. O Senhor Pedro Armengol de Souza, representante da CUT,  
19 assumindo a presidência, comprometeu-se de enviar um e-mail informando as composições,  
20 tanto da Câmara, quanto do CRT. Clóvis, Assessor da Bancada dos Trabalhadores, informou  
21 que estava na reunião da Câmara dos Trabalhadores ocorrida no dia anterior, e que na  
22 Câmara Bipartite do Setor Público, a presidência será da CUT, a suplência da UGT;  
23 coordenação da bancada pela Força Sindical, e suplência de coordenação com a CGTB,  
24 conforme foi acordado no rodízio. Após, foram confirmados os nomes dos titulares e  
25 suplentes de cada bancada representada na Câmara: Na presidência da Câmara o Sr. Pedro  
26 Armengol de Souza da CUT; Força Sindical, o Sr. Rubens Romão Fagundes, Coordenador;  
27 pela CGTB o Sr. Adolfo Grassi de Oliveira, suplente da coordenação da bancada e vice  
28 presidência com a UGT, Sr. Lineu Neves Mazano; Governo: Sr. Eudes da Silva Carneiro

29 coordenador e Sr.<sup>a</sup> Tânia Mara Coelho de Almeida Costa suplente. Em seguida, como  
30 próximo item da pauta leitura e aprovação da ata da 3ª Reunião. O Sr. Pedro Armengol de  
31 Souza perguntou se havia alguma sugestão de inclusão em algum ponto; como não houve  
32 manifestação foi considerada aprovada. A reunião prosseguiu com o item quatro da pauta,  
33 novos encaminhamentos acerca da contribuição sindical dos servidores públicos,  
34 considerando as conclusões do grupo de trabalho e a publicação da instrução normativa nº  
35 003 de 29/05/2013, que prorrogou por mais 180 dias a instrução normativa nº. 001/ 2008. Foi  
36 aberta a palavra aos participantes. O Sr. Lineu Neves Mazano lembrou aos membros da  
37 Câmara, com finalidade de orientar os componentes novos da mesma, que o grupo de  
38 trabalho, que tratou da questão encaminhou manifestação pedindo a prorrogação da portaria  
39 por um ano, o Ministro concordou em prorrogar por 180 dias, resultando na Instrução  
40 Normativa nº 003. Foi realizada uma série de considerações. Foram considerados cinco ou  
41 seis pontos, tendo um deles por sua importância a elaboração de uma proposta, ou projeto  
42 de lei que tivesse uma definição do financiamento, e também a necessidade de tratar da  
43 organização sindical dos servidores públicos, na qual estaria na pauta a instalação do grupo,  
44 na data presente, para o início dos trabalhos. Também propôs verificar a composição do  
45 grupo de trabalho para tratar da organização sindical, e propôs, ainda, incluir em pauta  
46 específica dentro do grupo para se avançar na questão do financiamento e na questão da  
47 organização sindical. O Sr. Eudes da Silva Carneiro fez considerações sobre a questão da  
48 cobrança da contribuição sindical dos servidores públicos de que há entendimentos no  
49 sentido contrário e a favor de que é possível a contribuição ser cobrada de todos os  
50 servidores públicos, tanto no nível federal, estadual ou municipal, independente de lei. O Sr.  
51 Lineu Neves Mazano propôs que o assunto entrasse na discussão junto com a  
52 representação sindical. O assunto foi discutido na Câmara e houve consenso da criação dos  
53 dois grupos: O primeiro trataria da contribuição sindical, o outro trataria da representação  
54 sindical. Por ser dependente um assunto do outro, o Sr. Eudes colocou em discussão se  
55 haveria necessidade de se aglutinar os grupos. Para o Sr. Eudes, é necessário continuar a  
56 discussão dos assuntos separadamente como foi acordado. O Sr. Pedro Armengol de Souza,  
57 antes de continuar a discussão registrou a chegada à reunião, do Secretário de Relação do  
58 Trabalho do Ministério do Trabalho, Manoel Messias Nascimento Melo. Messias  
59 complementou que com a prorrogação da Instrução Normativa, dentro do prazo de 180 dias  
60 a Câmara Bipartite daria conta de uma proposta alternativa para financiamento das  
61 organizações sindicais do setor público. Para que não houvesse discordâncias, o Sr. Pedro  
62 sugeriu que para debate na Câmara, fossem criados dois grupos de trabalhos e quando  
63 houvesse uma similaridade e a necessidade dos grupos trabalharem juntos, que se  
64 unificariam, e só retornaria para Câmara no momento em que os grupos de trabalho  
65 produzissem alguma construção para a Câmara. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo  
66 afirmou que há uma questão de forma, se será um ou dois grupos formados com os mesmos  
67 membros. É uma questão de conteúdo, um tripé formado por organização sindical,  
68 negociação coletiva e solução de conflitos. O Sr. Manoel Messias concorda que uma  
69 situação está ligada à outra, porém o problema do registro sindical tem natureza distinta do  
70 problema da contribuição sindical. Também ressaltou que a Constituição diz que o Estado  
71 não pode intervir na organização sindical. Poderá ter regras para o registro de entidades  
72 sindicais dos servidores, porém é possível avançar na definição de que se aplicam os  
73 critérios da portaria da iniciativa privada. Também ressaltou que se forem criados dois grupos  
74 com pessoas distintas, teriam dificuldades objetivas de acompanhamento das reuniões e  
75 defendeu a posição do Sr. Lineu de criar um grupo só com dois temas independentes, porém  
76 com os mesmos componentes. O Sr. Eudes da Silva Carneiro propõe a realização das  
77 reuniões alternadas, realizadas no mesmo dia, com atas e documentos separados, para que  
78 no final sejam apresentados dois relatórios distintos. O Sr. Pedro Armengol de Souza propôs  
79 trabalhar na definição de um calendário, do ponto de vista de agenda. Em seguida, o Sr.

80 Lineu Neves Mazano ficou responsável de passar a relação dos nomes e as indicações pelas  
81 centrais para compor os Grupos, e perguntou se havia acordo entre todas as centrais em ser  
82 mantido o mesmo grupo. Ficou acordado com a bancada dos trabalhadores que seria um  
83 titular e um suplente. Com as seis centrais e por parte da bancada do governo, seriam  
84 também seis titulares e seis suplentes para ficar a paridade de representação. Ficou definido  
85 que as reuniões seriam quinzenais, com um grupo temático de representação no turno  
86 matutino, e o temário de financiamento no turno vespertino. Definiu-se que haverá a  
87 necessidade de mudança no calendário das reuniões da Câmara, que passa ser trimestral ao  
88 invés de bimestral. A primeira reunião dos grupos de trabalho ficou marcada para o primeiro  
89 dia de agosto, na quinta-feira, com início às nove da manhã; pausa para o almoço de uma  
90 hora e retomando os trabalhos às quatorze e trinta. Assim foi finalizada a pauta da quarta  
91 reunião da Câmara Bipartite Governo – Servidores Públicos. Logo após o Sr. Admilson,  
92 representante da Secretaria de Relações do Trabalho, apresentou uma planilha com alguns  
93 casos a serem encontrados na questão da representação sindical. Foram apresentadas em  
94 torno de 36 casos para serem analisados na reunião, demonstrando situações que o grupo  
95 de trabalho da representação sindical iria enfrentar. Para o Sr. Pedro Armengol de Souza o  
96 trabalho demonstrado pelo Sr. Admilson trata-se de uma pequena radiografia dos problemas  
97 com as organizações sindicais do setor público, e coloca o problema da definição do conceito  
98 de categoria e os conflitos em relação à mesma. Sugeriu que na primeira reunião do grupo  
99 de trabalho fosse levado o diagnóstico apresentado, e ter como objetivo fazer o levantamento  
100 de todos os problemas apresentados, e trazer critérios para o conceito de categoria. Para o  
101 Sr. Aires Ribeiro, não é apenas a questão de trazer um diagnóstico e sim, primeiro, definir as  
102 regras para definição das categorias. O Sr. Mauro Zica Junior concordou com o Sr. Aires e  
103 ressaltou a importância de uma definição, um critério rígido para a unicidade, para cada  
104 categoria profissional. Logo após, o Sr. Aires Ribeiro sugeriu que o primeiro critério fosse a  
105 estrutura. O Sr. Pedro Armengol de Souza coloca a importância de a Câmara vencer as  
106 dificuldades em torno da questão da representação sindical do setor público, lembrou que a  
107 função da Câmara é construir a pauta para o grupo de trabalho, sem fazer nenhum valor de  
108 juízo, devida à dificuldade do assunto. Também coloca que o desafio do grupo de trabalho, é  
109 uniformizar qual é o conceito de categoria no setor público, como definir regras para a  
110 uniformização do conceito. O Sr. Aires Ribeiro, lembrou que há um consenso de que deve-se  
111 permanecer o que foi acordado. E deixa claro a necessidade de repensar a preocupação  
112 com as entidades já existentes. O Sr. Cesar de Castro Haiachi, representante da SRT, fez  
113 uma explanação afirmando que acredita ser problemática a criação de uma lei que defina  
114 como vai se organizar na questão da unicidade sindical, pois haveria uma quebra de  
115 liberdade para as entidades se organizarem. A criação de uma regra rígida não atenderia às  
116 necessidades da base, que deveria ter o poder de decisão. O Sr. Rogerio Antônio Expedito  
117 acredita ser importante a clareza de que a questão da organização sindical está ligada à  
118 forma de financiamento e que necessitam ser discutidas juntas. Para ele, é primordial ter  
119 como base a categoria. Também vê a necessidade da criação de regras e se aprimorar.  
120 Defendeu também a ideia de que é importante o retorno do Ministério do Trabalho para haver  
121 um controle e registro. Para Cesar de Castro Haiachi, não cabe aos membros decidir sobre a  
122 questão da unicidade, ou fragmentação da representação sindical, e sim, a base, a qual teria  
123 responsabilidade sobre a decisão. Em seguida o Sr. Eudes da Silva Carneiro, fez uma  
124 ponderação em relação à fala do Sr. Mauro Zica, que seria necessário esclarecimento, na  
125 qual ele considerou forte a colocação de atuação do Ministério do Trabalho e emprego sobre  
126 a possibilidade de criação de sindicato. Disse que os registros que foram reconhecidos na  
127 época, foi pelos entendimentos dos normativos que existiam e foram aplicados por analogia  
128 à CLT, gerando uma regra. O Sr. Rogerio Antônio Expedito, exemplificou alguns problemas  
129 enfrentados, citando um exemplo que ocorreu na CEASA de Minas Gerais, no qual o  
130 Governo Federal fechou um acordo através da Federação do Comércio e os funcionários se

131 tornaram servidores públicos porém não conseguiu registro no Ministério do Trabalho.  
132 Reafirmou a importância do respeito às decisões das categorias, que coincide com as  
133 dificuldades enfrentadas. O Sr. Admilson afirmou que o debate da organização sindical é  
134 importante para se começar a organizar a questão da categoria. Seria necessário verificar o  
135 principal conceito de “categoria” para começar a construção do entendimento do registro  
136 sindical. O Sr. Pedro Armengol de Souza fez um encaminhamento no qual se abriria um  
137 espaço para cada central apresentar qual a sua visão em relação aos problemas levantados.  
138 O Sr. Eudes da Silva Carneiro propôs que as apresentações fossem realizadas em no  
139 máximo quinze minutos para cada central. O Sr. Lineu Neves Mazano informou que serão  
140 realizados eventos no Brasil, do dia cinco de agosto até o dia dez, sendo eles: Congresso  
141 Latino-americano dos Servidores Municipais, que será realizado em Luziânia, do dia quatro a  
142 seis e o Seminário Internacional da OIT sobre a convenção n.º 151 nos dias sete e oito, e  
143 nos dias nove e dez o Encontro dos Servidores Públicos dos Países BRICS. Foram  
144 distribuídos cartazes aos participantes para divulgação. Também informou que a abertura  
145 ocorrerá no auditório do Ministério do Trabalho às 19h00min do dia oito de agosto.  
146 **ENCERRAMENTO:** O Sr. Pedro Armengol de Souza, após reafirmar a importância da  
147 participação no debate do serviço público, considerou encerrada a quarta reunião da Câmara  
148 Bipartite do Serviço Público, agradecendo a presença de todos e desejou bom retorno e boa  
149 viagem, para quem iria prosseguir em viagem.